

# Começa a batalha da ordem social

ANAMÁRCIA SERAPHIM

Começa amanhã, ainda sem acordo em vários pontos e fortes lobbies, a votação do polêmico título constitucional da Ordem Social, englobando dez capítulos distintos. A liderança do PMDB continuará tentando, pela manhã, chegar a um acordo global com o Centrão, que deverá resultar num "emendão" a fim de evitar grandes impasses na votação em plenário, que começará pelos itens consensuais. Para isso, a liderança do partido indicou negociadores para os vários temas que, ao longo de sucessivas reuniões, vêm tentando um consenso com os parlamentares do Centrão sobre os pontos polêmicos.

O senador Almir Gabriel (PMDB-AM) é o coordenador geral de quatro capítulos: seguridade social, saúde, previdência social e assistência social. O deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ) ficou com os outros seis: educação, cultura e desportos, ciência e tecnologia, comunicação, meio ambiente, família, crianças, adolescentes, idosos e índios. Os dois constituintes vêm sendo auxiliados nessa tarefa por pequenos grupos de parlamentares que participaram de todas as fases de elaboração da nova Constituição, divididos em grupos de três ou quatro, no máximo.

## PONTOS POLÊMICOS

**Seguridade social** (art. 230 — "a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social"); nesse capítulo, apenas um item continua sem acordo entre as duas correntes políticas: trata-se do art. 231, que trata da forma de financiamento para manutenção do novo sistema, englobando todas as ações destinadas a melhorar a qualidade de vida, universalizar a cobertura dos serviços e igualar e elevar os níveis dos benefícios para os trabalhadores. A proposta dos progressistas do PMDB é diversificar as atuais fontes de financiamento para o setor social, destinando-lhe os impostos arrecadados pelo Finsocial, faturamento e lucro das empresas. Nesse ponto, a intenção esbarra na proibição de cumulatividade de impostos sobre a mesma base, aprovado no art. constitucional 174 do título Tributário e Camarentário. Os tributaristas José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ) estão tentando um consenso nessa questão.

**Saúde** (art. 232 — "a saúde é direito de todos e dever do Estado"); o Centrão entende que isso é

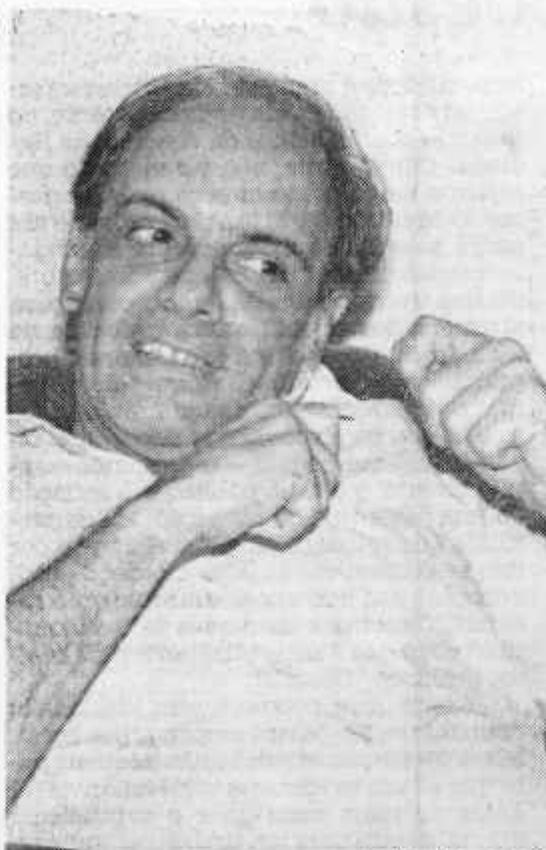
estatizar a saúde, com o que não concordam os progressistas do PMDB aliados ao movimento sanitário nacional. Os artigos mais polêmicos, porém, são o 233, criando o "sistema único de saúde", e seu parágrafo 2º (proibindo a "destinação de recursos públicos para investimentos em instituições privadas de saúde com fins lucrativos"), e o 234, atribuindo ao "poder público a regulamentação, execução e controle das ações e serviços de saúde", e seu parágrafo 1º: (que dá à iniciativa privada "direito de participar do sistema único, porém, de forma apenas supletiva e sob condições estabelecidas em contrato de direito público").

Também está encontrando resistência do Centrão o inciso II do art. 235 referente à inclusão da "saúde ocupacional" no sistema único.

Nessas questões, a batalha concentra-se entre as posições antagônicas de dois poderosos e organizados grupos de pressão: os empresários hospitalares e os sanitaristas, que, nos últimos meses, vêm mostrando nesse capítulo seus poderes políticos na Constituinte. O Centrão, representando nesse capítulo a iniciativa privada, não aceita subordinação da execução dos serviços exercidos pelos estabelecimentos particulares ao setor público. O grupo quer continuar atuando livre e isoladamente, sem subordinação a contrato de direito público, mas não abre mão de continuar também sendo financiado com recursos públicos. A iniciativa privada só aceita integrar o sistema único se dele for retirada a palavra público, para que possa atuar não apenas de forma suplementar. Com a implantação do sistema único, o Inamps passa para o Ministério da Saúde.

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ficou resolvido na reunião de quinta-feira, entre o Centrão e as diversas lideranças partidárias, que a base de cálculo para fixação do valor dos benefícios (aposentadorias, pensões e auxílios diversos) será a média dos últimos 36 salários corrigidos monetariamente mês a mês, preservando-lhes o valor real. Terminou, assim, uma das maiores polêmicas nesse capítulo. Mas continua sem consenso a proposta para redução da aposentadoria para a mulher trabalhadora rural — aos 25 anos de trabalho —, a proporcionalidade para aposentadoria (homens aos 30 e mulheres aos 25 anos de serviço) e as aposentadorias especiais (professores e trabalhadores em atividades insalubres, perigosas e penosas). A emenda sobre o capítulo, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), terá preferência, porque obteve 311 assinaturas. Ela aglutina diversas outras emendas.



Jarli Goulart — 31.7.01

Távola coordena seis capítulos



Edward Costa — 26.9.85

Cristina negocia ciência



Norma Albano — 11.4.88

Posição de Gastone é polêmica

## Ensino gratuito divide a Constituinte

As grandes divergências sobre educação, cultura e desporto (art. 240: "direito de cada um e dever do Estado") estão nos incisos IV e VII, garantindo a gratuidade do ensino público e bolsa de estudo para a iniciativa privada. O Centrão não aceita ensino gratuito aos estudantes de nível superior, por acreditar que isso discrimina os carentes privilegiando os mais abastados. O mesmo aconteceria, entende esse grupo, com a concessão de bolsas de estudo cujos critérios também vêm privilegiando os mais ricos em detrimento dos mais pobres. O deputado Otávio Elísio (PMDB-MG) está à frente dessas negociações com o Centrão e, após cinco reuniões, ainda não chegou a um acordo. A destinação de recursos públicos somente às escolas públicas foi resolvida numa etapa anterior, ao abrir exceções também às escolas confessionais (religiosas), comunitárias e filantrópicas. Nesse ponto, o poderoso lobby das universidades católicas foi decisivo.

**Ciência e tecnologia:** parte desse polêmico capítulo, que começa pelo art. 253 do projeto de Sistematização, já foi aprovado no título da Ordem Econômica, que, ao definir o que é empresa nacional, incluiu nesse conceito também as empresas de

tecnologia de ponta (computadores), detentoras do controle de capital e de tecnologia. Continua sem acordo a conceituação do mercado interno como patrimônio público, de cuja soberania tecnológica depende seu controle, como também a autonomia para a pesquisa governamental, que ainda divide a comunidade acadêmica. "Esse ponto não é doutrinário nem ideológico, por isso acredito que vá a voto sem um acordo prévio", afirmou o deputado Arthur da Távola. Amanhã, porém, continuarão as negociações dos pontos pendentes de acordo do capítulo. Pelo PMDB, destacam-se como negociadores os senadores Severo Gomes (PMDB-SP) e Cristina Tavares (PMDB-PE), e, pelo Centrão, os deputados Antonio Gaspar, Eraldo Tinoco, Rita Furtado e Aroldo de Oliveira.

**Comunicação** (art. 256 — "É assegurada aos meios de comunicação ampla liberdade, nos termos da lei". Fica proibida "toda censura de natureza política e ideológica": esse capítulo não foi aprovado na comissão temática por falta de acordo entre as diversas correntes ideológicas, prevalecendo um texto elaborado posteriormente pelo relator Bernardo Cabral. A luta da ala progressista da Constituinte é pela democratização do setor.

Três pontos ainda dividem as duas correntes: a composição e os limites de ação do Conselho de Comunicação; os critérios para renovação pelo Congresso Nacional das concessões para rádio e televisão (questiona-se o quórum necessário para isso), e a insistência do grupo evangélico em incluir a censura nas diversões públicas, que Arthur da Távola e os progressistas querem eliminar completamente do texto constitucional. Como relatora da subcomissão sobre comunicação, a deputada Cristina Tavares considera a questão delicada, observando, porém, que o Brasil é o único País do mundo que permite monopólio na área da comunicação. Já Arthur da Távola considera fundamental moralizar a concessão dos canais de rádio e TV.

**Meio ambiente** (art. 262 — "Todos têm direito ao equilíbrio ecológico do meio ambiente, essencial à sadia qualidade de vida").

As divergências nesse capítulo só serão resolvidas também nessa semana, tendo à frente o líder do PTB, Gastone Righi, e o deputado Fábio Feldmann. Os pontos mais polêmicos continuam os mesmos das fases iniciais de elaboração da nova Constituição: os critérios para uso, fabricação e transporte dos ar-

tefatos bélicos (bombas atômicas) e proibição para instalação de usinas nucleares. As sanções aos causadores de danos ao meio ambiente, (como proprietários de indústrias) também não foram acertadas entre as duas correntes. Nesse capítulo há dois fortes lobbies atuando na Constituinte: os ecologistas e simpatizantes do Partido Verde e a própria Nuclebrás.

**Minorias** (Índios, negros e deficientes: esse capítulo também não foi votado na fase da Comissão de Sistematização devido a decurso de prazo, prevalecendo o texto do relator Bernardo Cabral. Amanhã, haverá uma tentativa de fusão de emendas apresentadas pelos deputados Alceney Guerra (relator da subcomissão), Fábio Feldmann e o senador Jarbas Passarinho. O item mais polêmico é a delimitação das terras indígenas, embora a exploração dos recursos minerais já tenha sido garantido às empresas nacionais durante a votação da ordem econômica. A garantia constitucional de que não haverá discriminação racial, tratando-se dos negros, e será excluída a expressão "aculturado" do texto da nova Carta, tratando-se dos índios, também serão decididos amanhã.

(Brasília/Ag. Estado)